

A V CÚPULA DO BRICS (DURBAN, 2013): COALIZÃO OU ARRANJO COOPERATIVO?

The V BRICS Summit (DURBAN, 2013): Coalition or
Cooperative Arrange?

Leonardo Ramos¹

Pedro Henrique Schneider Parreiras²

Introdução

Desde 2001, o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) vem ganhando cada vez mais relevância, tanto na mídia, quanto no meio acadêmico. Isto é devido, principalmente, à crescente importância dos países que compõem o grupo na economia mundial, assim como à crença de que não é possível pensar em uma governança financeira e econômica sem a presença destes países. Recentemente, o BRICS esteve mais uma vez em destaque, devido à sua última cúpula (V Cúpula) realizada em Durban, na África do Sul, ser a primeira realizada em território africano e a última do primeiro ciclo de cúpulas do BRICS³. Neste contexto, o objetivo do presente artigo é apresentar algumas das principais questões tratadas na V Cúpula do BRICS e analisar, a partir daí, seus impactos no processo de institucionalização do BRICS.

¹ Doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Lidera, junto com o professor Javier Vadell, o Grupo de Pesquisa dos Países Emergentes. E-mail: lcsramos@yahoo.com.br

² Graduando em Relações Internacionais na PUC Minas. Membro do Grupo de pesquisa das Potências Médias/Middle Power Research (PUC-MG). Atualmente é bolsista de iniciação científica - PROBIC - com financiamento da FAPEMIG com o projeto de conclusão de curso. E-mail: phs.parreiras@hotmail.com

³ A análise de cúpulas de países pelos seus ciclos é algo relativamente consolidado na literatura, principalmente tendo em vista as cúpulas do G7/8, por exemplo (cf., *inter alia*, Dobson, 2007). Para os limites de tal abordagem, vide Ramos, 2013.

Em outras palavras, a Cúpula de Durban pode ser vista como um passo na direção de uma maior institucionalização do BRICS? A hipótese é que a Cúpula de Durban indica que o grupo caminha rumo a um novo patamar de cooperação e institucionalização, sendo o banco de desenvolvimento do BRICS e o fundo comum de reserva elementos que apontariam nesta direção – sendo necessário também levar em consideração os limites de tais iniciativas. Porém, antes de prosseguir para uma análise mais detalhada da Cúpula de Durban, será feito um breve histórico do BRICS. Em seguida, será feita uma exposição da V Cúpula do BRICS, em Durban, com destaque para o banco de desenvolvimento e o fundo comum de reserva. Por fim, serão feitas algumas considerações finais sobre a questão.

BRIC(S): Breve histórico

O termo BRIC é originário de um acrônimo criado por Jim O’Neill, economista do Golden Sachs. A mesma instituição financeira, em um estudo de 2003, demonstrou que apesar de na época Brasil, Rússia, Índia e China não representarem 15% do PIB do G6 (EUA, Grã Bretanha, Alemanha, França, Itália e Japão), os quatro países tinham potencial de igualar o PIB das seis maiores economias industriais avançadas nas próximas quatro décadas. (Armijo, 2007). Seja como for, desde a criação do acrônimo, o BRIC (posteriormente BRICS com a adesão da África do Sul), principalmente devido à China, tem aumentado a sua participação no PIB mundial, o que colocou em pauta a necessidade de reformular os organismos de governança mundial para abarcar o real peso destes países. (Jesus, 2012). Assim, o que era no início apenas um acrônimo transformou-se “(...) em um quadro diplomático para a criação de um bloco de quatro países emergentes, aparentemente dotados de vocação, sobretudo econômica, para propor alternativas ao mundo supostamente conservador do atual G7.” (Almeida, 2010, p. 132).

Porém, esta transformação do BRICS ocorreu ao longo dos últimos dez anos, passando por sua primeira reunião de chanceleres em 2006, o que marcou a incorporação do termo BRIC à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China, para finalmente incorporar a África do Sul na cúpula de Sanya em 2011, formando assim o

BRICS. Após a incorporação oficial da África do Sul ao grupo, ocorreram mais duas cúpulas, a de 2012 em Nova Délhi, Índia, e a de 2013 em Durban, na África do Sul. O histórico de relações do BRICS não é marcado unicamente pela intensificação dos laços entre os países, mas também por um aprofundamento do grau de institucionalização do grupo desde da I Cúpula do BRIC, em Junho de 2009, na cidade de Ecaterimburgo, Rússia. (JESUS, 2012). Esta cúpula fora marcada pelos resultados do encontro do G20 realizada em Abril do mesmo ano. Desta forma a declaração da I Cúpula do BRIC reflete o compromisso do grupo com as decisões tomadas na cúpula do G20 e com a cooperação na próxima cúpula do fórum financeiro. Além disto, o grupo ainda sublinhou a importância de uma reforma das instituições financeiras, no intuito de aumentar a participação das economias emergentes. Por fim, em Ecaterimburgo, os países do grupo ainda deixaram claro seu compromisso com o conceito de desenvolvimento sustentável, além de declararem o avanço da cooperação do grupo em áreas como ciência e educação. (BRICS, 2009).

Por sua vez a II Cúpula do BRIC, ocorrida em Brasília, 2010, tratou de uma vasta gama de questões, mas com maior ênfase na governança global e no comércio e finanças internacionais. De maneira sucinta, a Cúpula de Brasília fora caracterizada pelo apoio do grupo à reforma da ONU, pelo pleito por uma base mais sólida para a solução da crise financeira global, pelo destaque da importância da estabilidade das principais moedas de reserva, além da defesa da solução da crise de legitimidade das organizações internacionais. (BRICS, 2010).

Já a III Cúpula, que ocorreu em Sanya no ano de 2011, tem como marco principal a entrada da África do Sul no grupo. Outro fator importante desta cúpula é o fato de que, na ocasião, os cinco países eram membros do Conselho de Segurança da ONU. Desta forma, uma maior atenção fora dada às questões de segurança, como a habitual instabilidade no Oriente Médio, e a série de revoltas no norte da África. Além da presença simultânea dos cinco membros no Conselho de Segurança, a Cúpula de Sanya fora marcada por declarações similares às das cúpulas anteriores, como o apoio às decisões tomadas no âmbito do G20 e a defesa da conclusão da Rodada Doha da OMC. (BRICS, 2011).

Por fim, a IV Cúpula do BRICS, ocorrida em Nova Délhi, em 2012, apresenta um fato novo: pela primeira vez é discutida a possibilidade de criação de um banco multilateral de desenvolvimento, o que culmina no compromisso dos ministros de finanças de cada país em analisar a possibilidade de estabelecimento do banco. Além dessa questão, a declaração emitida pelo grupo reitera a importância da cooperação internacional, mas frisa a necessidade de uma reforma de organizações como o Banco Mundial e o FMI no intuito de refletir a importância das economias dos países do BRICS. (BRICS, 2012a). Outro fator importante da Cúpula de Nova Délhi é a adesão dos países do grupo a um Plano de Ação na área de cooperação agrícola, previsto para o período de 2012 – 2016. (Jesus, 2012). Feito este breve histórico, passemos agora a uma análise da Cúpula de Durban (2013).

A Cúpula de Durban (2013): inovações e desafios

Realizada em Durban, em abril de 2013, a V Cúpula do BRICS fecha o primeiro ciclo da cúpula do BRICS, além de ser um marco na árdua busca sul-africana por uma maior projeção internacional (Andreasson, 2011). Assim como as cúpulas anteriores, em Durban são reafirmados determinados elementos, como o compromisso com o multilateralismo e o apelo por uma governança global mais “democrática”. Dentro do primeiro elemento destaca-se o primeiro ponto da declaração, no qual os cinco países reafirmam o seu compromisso com o direito internacional, além de reconhecerem o papel central da ONU no ambiente internacional. Ainda dentro do compromisso com o multilateralismo, os países do grupo se comprometeram a estimular os investimentos no continente africano, principalmente na infraestrutura. Com isto, o BRICS almeja “(...) auxiliar o desenvolvimento industrial, a criação de empregos, o desenvolvimento de competências, a segurança alimentar e nutricional, a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável na África.” (BRICS, 2013, §5)⁴.

Já com relação ao apelo por uma governança global mais “democrática”, podemos apontar quatro pontos relevantes, sendo um deles merecedor de atenção especial. Primeiramente podemos destacar o apoio declarado a uma reforma das

⁴ Todas as traduções são de responsabilidade dos autores.

Instituições Financeiras Internacionais, fundamentalmente o FMI. Com esta reforma, o grupo alega desejar “(...) fazê-las mais representativas e refletir o peso crescente do BRICS e outros países em desenvolvimento.” (BRICS, 2013, §13). Este apelo se dá, principalmente, para que a reformulação das cotas acordada em 2010 seja finalmente aplicada. Destacam-se ainda o compromisso de continuar os esforços para a conclusão da Rodada Doha da OMC, o apoio a um maior papel de Brasil, Índia e África do Sul na ONU e, por fim, o apoio do grupo a um Diretor-Geral da OMC representante dos países em desenvolvimento. Tal fato é relevante uma vez que foi eleito para Diretor-Geral da OMC o brasileiro Roberto Azevêdo.

Além de tais questões, outro ponto se destacou em tal cúpula. Tendo em vista as discussões que já vinham ocorrendo desde a IV Cúpula em Nova Délhi, no ano anterior, antes mesmo da Cúpula de Durban e de sua declaração oficial, veículos midiáticos já noticiavam a possibilidade da criação de um banco de desenvolvimento do BRICS. Cinco dias antes da V Cúpula, a Reuters já noticiava que o grupo trataria da possível criação de um banco de desenvolvimento e de um fundo comum de reserva. (BRICS to endorse plans for reserves pool, development bank, 2013). Já no decorrer do encontro a BBC noticiava que o banco teria o objetivo de “(...) financiar infraestrutura e projetos de desenvolvimento nas nações em desenvolvimento.” No entanto, seriam necessárias mais negociações “(...) para decidir onde seria a base do banco e quanto capital ele teria (...)” (BRICS nations discuss development bank, 2013).

A declaração final da Cúpula de Durban só confirmou o que já vinha sendo noticiado. O grupo se dispôs a criar um fundo de reserva no valor de US\$ 100 bilhões com o intuito de “(...) ajudar os países do BRICS a evitar pressões de liquidez de curto prazo, fornecer apoio mútuo e reforçar a estabilidade financeira.” (BRICS, 2013, §9). Em síntese, Guido Mantega afirmou que “O acordo de reservas nada mais é do que um grande acordo de swap entre os países (...)” (BRICS aprovam acordo de reserva de US\$ 100 bi, 2013). Com este grande acordo de *swap* entre os cinco países, o BRICS almeja, ao menos oficialmente, “(...) contribuir para o fortalecimento da rede de segurança financeira global e complementar os acordos internacionais existentes com uma linha adicional de defesa.” (BRICS, 2013, §10) – o que acaba dando continuidade aos

acordos que já haviam sido assinados em 2012 entre os Bancos de Desenvolvimento dos BRICS: (i) *Master Agreement on Extending Credit Facility in Local Currency* e (ii) *BRICS Multilateral Letter of Credit Confirmation Facility Agreement*, que objetivavam reduzir a demanda por moedas conversíveis para a transação entre os países dos BRICS, diminuindo assim os custos de transação no e promovendo o comércio intra BRICS (BRICS, 2012b). Além disso, neste contexto é interessante perceber que China tem mais de 20 acordos de *currency swap*, tendo assinado um com o Brasil logo após a cúpula do G20 em Los Cabos (Leahy, 2012).

Mas um fato extremamente relevante confirmado pela declaração final da Cúpula de Durban fora o anúncio da criação de um banco de desenvolvimento financiado pelo BRICS. Como já fora visto, na Cúpula de Nova Délhi já havia sido acordada a avaliação da possibilidade de criação de um bando de desenvolvimento do grupo. Segundo o próprio BRICS, o banco tem o objetivo de:

(...) mobilização de recursos para infraestrutura e projetos de desenvolvimento sustentável no BRICS e outras economias emergentes e países em desenvolvimento, para complementar os esforços já existentes das instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento e desenvolvimento global (BRICS, 2013, §9).

Tendo recebido o respaldo de seus respectivos ministros de finanças, o grupo declarou que a criação de um banco de desenvolvimento é viável, sendo assim os BRICS concordaram em estabelecer o Novo Banco de Desenvolvimento. No entanto o montante de recursos que será disponibilizado inicialmente e a quantidade que cada país disponibilizará não ficaram claros, sendo que o BRICS limitou-se apenas a declarar o seguinte: “A contribuição inicial para o Banco deve ser substancial e suficiente para o Banco ser efetivo em financiar a infraestrutura.” (BRICS, 2013, §9)⁵. De qualquer forma, o grupo anunciou que os progressos feitos tanto na iniciativa do fundo de reserva quanto no banco de desenvolvimento serão analisados no próximo encontro do BRICS, em Setembro de 2013.

⁵ É importante destacar neste contexto o discurso do presidente da África do Sul, Jacob Zuma, que afirma a necessidade de que tal banco seja capaz de suprir as necessidades dos países do BRICS na área de infraestrutura, o que seria cerca de US\$4,5 trilhões nos próximos 5 anos (Zuma, 2013, p. 2).

Porém não são apenas o montante de recursos e a contribuição de cada membro ao banco que permanecem nebulosos. A primeira delas diz respeito à moeda que servirá de base para as operações do banco. De acordo com um representante da África do Sul presente no encontro, os acordos já assinados em Nova Délhi poderiam servir de base mas a decisão final teria que ser tomada pelos ministros de finanças dos respectivos membros:

Bem, como deve saber, no ano passado na cimeira de Nova Deli, assinamos um acordo, um acordo interbancário, sobre o comércio em moedas locais entre os países do BRICS. Portanto já existe um acordo sobre o comércio em moedas locais. Mas em termos de moeda de troca a ser usada pelo banco BRICS, esta é também uma questão a ser colocada aos ministros das finanças para tomarem uma decisão. (Países do BRICS vão criar um banco próprio, mas ainda não têm uma moeda referência, 2013).

Outra importante questão a ser levantada é acerca da presidência do banco. O cargo seria rotatório, fixo, ou teriam eleições para definir quem viria a ocupar a cadeira de presidente? Já na Cúpula de Nova Délhi, onde pela primeira vez fora debatido a possibilidade de criação do banco, esta questão já gerava debates entre os membros. No entanto não existem apenas questões funcionais acerca do banco de desenvolvimento, as diferenças já existentes no interior do grupo também podem desempenhar papel negativo na criação do Novo Banco de Desenvolvimento. As discrepâncias entre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país é um exemplo. Este fator poderia gerar impactos diretos no Banco de Desenvolvimento caso o sistema de aporte financeiro ao banco fosse por cotas, já que este sistema daria um papel de destaque para a China. (Jesus, 2012).

Considerações finais

Conforme apontado, uma questão de destaque na V Cúpula do BRICS se deu na área econômica – com ênfase nas discussões sobre o banco de desenvolvimento bem como na criação do fundo de reserva. Preocupações com relação ao apoio internacional para levantar recursos financeiros adicionais para o desenvolvimento e para os países em desenvolvimento não é algo novo para tais países: na verdade, tais preocupações já estavam presentes, por exemplo, em 2005, na primeira declaração do BICSAM (Brasil,

Índia, China, África do Sul e México) na cúpula de do G8 em Gleneagles (Joint declaration of the heads of state and/or government of Brazil, China, India, Mexico, and South Africa participating in the G8 Gleneagles Summit introduction, 2005).

Surge, neste ponto, uma questão: como se insere o supracitado banco de desenvolvimento neste contexto? De maneira geral, são quatro os papéis que um banco de desenvolvimento pode ter:

- i. *Banco de desenvolvimento* – financiamento de projetos que requerem volumes de recursos maiores do que os disponíveis aos sócios; requer aporte de capital dos sócios mais ricos e captação de recursos nos mercados financeiros internacionais;
- ii. *Banco de desenvolvimento social* – financiamento de políticas públicas e projetos de micro e pequeno porte, não requerendo capital elevado;
- iii. *Banco de reservas ou prestador de emergência* – garantir liquidez aos bancos centrais dos países-membros em situações de crise cambial ou financeira;
- iv. *Banco de compensação de pagamentos regionais* – oferece liquidez para transações financeiras entre os países sócios, diminuindo a dependência destes com relação a moedas estrangeiras. Requer reservas confiáveis em moedas fortes e liquidez elevada para garantir confiança (Carvalho, *et. al.*, 2004).

Assim, percebe-se pelas ações tomadas até então que as articulações entre os países do BRICS com relação a um banco de desenvolvimento próprio destacam o ponto iv acima. Pelas colocações feitas em Durban, há o potencial de incorporação dos pontos i e ii, mas neste ponto uma ressalva importante deve ser feita: a declaração feita pelo presidente da África do Sul (Zuma, 2013) aponta para o fato de que os recursos de tal banco de desenvolvimento deverão ser direcionados, em primeiro lugar, para certas demandas internas dos países do BRICS – ficando para um momento futuro a cooperação nesta área com outros países emergentes e em desenvolvimento⁶. Ora, tal afirmação é extremamente desapontadora, principalmente quando se leva em

⁶ “(...) we have decided to enter formal negotiations to establish a BRICS-led new development Bank based on our own considerable infrastructure needs, which amounts to around USD 4,5 trillion over the next five years, but also to cooperate with other Emerging Markets and Developing Countries in future” (Zuma, 2013, p. 2).

consideração (i) as discussões em torno das mudanças associadas à “ascensão do resto” (Amsden, 2009) bem como (ii) o fato da V Cúpula do BRICS ter ocorrido no continente africano e ter sido hospedada por um país africano – sem falar no Fórum de Diálogo BRICS-África que ocorreu em tal cúpula.

À luz de tais questões, é importante não perder de vista um elemento fundamental de tal iniciativa; a saber, seu papel como um elemento de pressão (i) sobre os países desenvolvidos e, em especial, sobre os Bancos de Desenvolvimento (em especial o Banco Mundial e o incômodo da África do Sul com o Banco Africano de Desenvolvimento) e o FMI, como expressão da visão dos países do BRICS de que as reformas até então acordadas são limitadas – devendo ser expandidas – e devem ser implementadas o mais rapidamente possível; e (ii) sobre os países desenvolvidos (e em especial sobre os Estados Unidos), no âmbito G20, para avanços no que diz respeito às reformas no sistema monetário internacional.

De qualquer forma, tanto o fundo de reserva quanto o banco de desenvolvimento apontam para uma maior institucionalização do BRICS. No entanto, talvez fosse mais prudente falar no início de uma transição de uma coalizão entre os países que compõem o BRICS, para um arranjo cooperativo entre os países que compõem o mesmo grupo. Segundo Lima (2007), o “(...) arranjo cooperativo envolve a troca entre as partes de bens materiais, simbólicos e ideacionais. Uma coalizão implica na articulação de posições comuns em arenas de negociação no plano global ou regional.” (Lima, 2007, p. 164). Desta forma, o BRICS, que começou, segundo Lima (2013), como uma coalizão para a atuação comum na arena financeira global, começa a gerar indícios de que pode vir a ser um arranjo cooperativo no futuro.

Não obstante, não se deve exagerar em tais questões: como visto, várias questões procedimentais fundamentais concernentes ao banco de desenvolvimento ainda não foram resolvidas, e o fundo de reserva criado com um aporte inicial de US\$100 bilhões, embora importante, apresenta cifras significativamente modestas quando comparado, por exemplo, ao montante mobilizado por vários países (incluindo os países do BRICS) para o FMI (cerca de meio trilhão de dólares), aos fundos levantados recentemente pela União Européia ou a Iniciativa Chiang Mai, por exemplo (Kirton, Bracht & Kulik,

2013). Assim, a despeito da Cúpula de Durban apontar para um novo estágio na cooperação entre os BRICS, a criação da primeira instituição do grupo só poderá ser atestada no decorrer dos próximos encontros entre os cinco países.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. O BRIC e a substituição de hegemonias. In: BAUMANN, Renato (org.). **O Brasil e os Demais BRICS: Comércio e Política**. Brasília, CEPAL, 2010.

AMSDEN, Alice H. **A ascensão do “resto”: Os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia**. São Paulo: UNESP, 2009.

ANDREASSON, Stefan. Africa’s prospects and South Africa’s leadership potential in the emerging markets century. In: **Third world quarterly**, 32 (6), p. 1165-1181, 2011.

ARMIJO, Leslie Elliott. The Brics countries (Brazil, Russia, India, and China) as analytical category: mirage or Insight?. In: **Asian Perspective**, 31 (4), p. 7-42, 2007.

‘Banco dos BRICS’ não deverá sair antes de 2016. **Folha de São Paulo**, 26/03/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1252448-banco-dos-brics-nao-devera-sair-antes-de-2016.shtml>>. Acessado em: 04/07/2013.

BRICS. **First Summit**, 2009. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/first-summit/>>. Acessado em: 02/07/2013.

BRICS. **Second Summit**, 2010. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/second-summit/>>. Acessado em: 02/07/2013.

BRICS. **Third Summit**, 2011. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/third-summit/>>. Acessado em: 02/07/2013.

BRICS. **Fourth Summit**, 2012a. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/fourth-summit/>>. Acessado em: 02/07/2013.

BRICS. **Agreements between BRICS Development Banks.** Nova Délhi, 29/03/2012b. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/120329-devbank-agreement.html>>. Acessado em: 06/08/2013.

BRICS. **Fifth Summit,** 2013. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/fifth-summit/>>. Acessado em: 02/07/2013.

BRICS aprovam acordo de reserva de US\$ 100 bi. **Diário do Grande ABC,** 26/03/2013. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/94316/brics-aprovam-acordo-de-reserva-de-uss-100-bi>>. Acessado em: 04/07/2013.

BRICS nations discuss development bank. **BBC,** 27/03/2013. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/business-21951160>>. Acessado em: 03/07/2013.

BRICS to endorse plans for reserves pool, development bank. **Reuters,** 21/03/2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/03/21/brics-bank-idUSL1N0CD5TD20130321>>. Acessado em: 03/07/2013.

CARVALHO, Carlos Eduardo, *et. al.* Banco do Sul: A proposta, o contexto, as interrogações e os desafios. In: VADELL, Javier A. & LAS CASAS, Taiane (orgs.). **Os novos rumos do regionalismo e as alternativas políticas na América do Sul.** Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

DOBSON, Hugo. **The group of G7/8.** London: Routlidge, 2007.

JESUS, Diego Santos Vieira de. De Nova Iorque a Nova Délhi: Informalidade, Flexibilidade e Independência no BRICS. In: NOGUEIRA, João Pontes (org.). **Os BRICS e as Transformações na Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: PUC-Rio. 2012.

Joint declaration of the heads of state and/or government of Brazil, China, India, Mexico, and South Africa participating in the G8 Gleneagles Summit introduction. 07/07/2005. Disponível em: <<http://www.g8.utoronto.ca/summit/2005gleneagles/index.html>>. Acessado em: 02/08/2013.

KIRTON, John; BRACHT, Caroline & KULIK, Julia. A Productive and Promising Performance: The 2013 BRICS Durban Summit. 27/03/2012. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/analysis/durban-performance.html>>. Acessado em: 02/08/2013.

LEAHY, Joe. Brazil and China agree currency swap. In: Financial Times, 22/06/2012. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/0/015f526a-bc07-11e1-9aff-00144feabdc0.html#axzz2V3OF5oul>>. Acessado em: 15/09/2012.

LIMA, Maria Regina Soares de. Brasil e pólos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. In: BAUMANN, Renato (org.). **O Brasil e os Demais BRICs: Comércio e Política**. Brasília: CEPAL, 2010.

Novo banco e fundo de reserva fortalecem articulação do BRICS. **BBC Brasil**, 27/03/2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130326_brics_dilma_rc.shtml>. Acessado em: 04/07/2013.

Países do BRICS vão criar um banco próprio, mas ainda não têm uma moeda referência. **Voz da América**, 22/03/2013. Disponível em: <<http://m.voaportugues.com/a/1626676.html>>. Acessado em: 04/07/2013.

PATRICK, Stewart. Irresponsible stakeholders? The difficulty of integrating rising powers. In: **Foreign affairs**, 89 (6), p. 44, Academic OneFile, 2010.

RAMOS, Leonardo César Souza. **Hegemonia, revolução passiva e globalização: O sistema G7/8**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2013.

ZUMA, Jacob. **Addressing the summit theme “BRICS and Africa: partnership for development, integration and industrialisation”**. 27/03/2013. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/plenary-session-statement-by-the-honourable-president-of-the-republic-of-south-africa-his-excellency-jacob-zuma/>>. Acessado em: 02/08/2013.

Artigo recebido dia 08 de agosto de 2013. Aprovado em 20 de outubro de 2013.

RESUMO

O artigo busca apresentar algumas das principais questões tratadas na V Cúpula do BRICS e analisar, a partir daí, seus impactos no processo de institucionalização do BRICS. A hipótese é que a Cúpula de Durban indica que o grupo caminha rumo a um novo patamar de cooperação e institucionalização, sendo o banco de desenvolvimento do BRICS e o fundo comum de reserva elementos que apontariam nesta direção – sendo necessário também levar em consideração os limites de tais iniciativas.

PALAVRAS-CHAVE

BRICS; Institucionalização; Cooperação; Banco de desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper aims to show some of the main questions that were discussed in the V BRICS Summit and analyze, from there, their impact on the process of institutionalization of the BRICS. The hypothesis is that the Durban Summit indicates that the group is moving towards a new level of cooperation and institutionalization, and the Development Bank of the BRICS and common reserve fund elements that would point in this direction - it is also necessary to take into account the limits of such initiatives.

KEYWORDS

BRICS; Institutionalization; Cooperation; Development Bank.